

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS MINEIROS



EDIÇÃO 210 JULHO 2019

DECISÃO

Presidente
discute
orçamento no
TJMG

PÁGINA 3

Diretoria
economiza
R\$ 260 mil
com ajustes

PÁGINA 16

Diárias no
CAMT são
reduzidas
em 50%

PÁGINA 16



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

AMAGIS



Amagis reforça apoio com deputados na Previdência

No esforço associativo em defesa dos direitos e garantias da Magistratura na reforma da Previdência, o presidente Alberto Diniz promoveu encontro, no dia 1º de julho, na sede da Amagis, com deputados federais da bancada mineira e dirigentes de Associações de classe para reforçar o apoio parlamentar com o objetivo de minimizar efeitos negativos, especialmente nas regras de transição e pensões.

PÁGINAS 4 E 5

SAÚDE!

AMAGIS SAÚDE LANÇARÁ APLICATIVO
PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS

PÁGINA 24

ASSOCIAÇÕES FAZEM ATUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA RETA FINAL

POR ALBERTO DINIZ*

“Nessa reta final, o foco será consolidar o apoio de deputados no esforço associativo para aprimorar a reforma da Previdência e resguardar direitos”

Perto da conclusão da 1ª etapa da reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, as Associações, entre elas a Amagis, entraram em estado extraordinário de atuação, com mobilização e reuniões em Minas e Brasília, com objetivo de resguardar direitos e garantias e minimizar efeitos negativos.

Monitoramos cada passo desse complexo processo, ampliando parcerias e apoio parlamentar. No dia 1º de julho, com a AMMP, Ajufemg e Amatra3, reunimos deputados federais mineiros, na sede Amagis, com foco exclusivo na questão. Manifestamos reconhecimento à relevância de mudanças, mas também apontamos a necessidade de ajustes, como na regra de transição para magistrados que ingressaram antes de 2003, na pensão por morte, no aumento na alíquota previdenciária, entre outros.

Acreditamos que é possível atender aos servidores, que, há mais de 20 anos, dedicaram suas vidas às carreiras públicas e, agora, são surpreendidos sem regra de transição adequada.

Como fizemos junto à Comissão Especial da reforma, manteremos o intenso trabalho no plenário da Câmara e do Senado. As emendas de nosso interesse que não foram aprovadas por essa Comissão serão reapresentadas, em plenário, por parlamentares que aderiram à nossa causa. Nessa reta final, o foco será consolidar o apoio de deputados, reafirmando nossos pleitos.

Atuamos em conjunto com a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado no mesmo esforço associativo pelo aprimoramento da proposta oficial. Noutro campo de atuação, o governo atendeu aos apelos das Associações e vetou dispositivo da Lei 13.846/19 que condicionava a pensão por morte a cônjuges à comprovação de dependência econômica. Também em nota pública, aderimos ao alerta à sociedade sobre os riscos do PLC 27/17, aprovado no Senado, que manteve a tentativa de intimidação do Judiciário e do MP, especialmente no momento histórico de combate à corrupção. Com o retorno do projeto à Câmara, continuaremos a defender nossa autonomia, como pilar fundamental ao Estado de Direito. Já no campo da gestão da Amagis, investimos fortemente na redução de custos e ajustes, gerando economia de cerca de R\$ 260 mil anuais, além de cortar à metade a diária de hospedagem do CAMT.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Amagis visa valorização da 1ª instância no orçamento **PÁG 03**
- Deputados apoiam Amagis na reforma da Previdência **PÁG 04**
- Alberto Diniz critica reforma da Previdência na rádio Itatiaia **PÁG 06**
- Presidente fortalece atuação nas comarcas do interior **PÁG 07**
- Desembargadora recebe reconhecimento no TJMG **PÁG 09**
- Rogério Medeiros toma posse no TRE-MG **PÁG 10**
- Entrevista: Rogério Medeiros **PÁG 11**
- TJMG conta com novos desembargadores **PÁG 12**
- Projeto integra Judiciário e cidadãos de Muriaé **PÁG 14**
- Escolas debatem seleção e formação de magistrados **PÁG 15**

- Ajuste garante economia de R\$ 260 mil na Amagis **PÁG 16**
- Festa junina tem renda revertida para o Nutris **PÁG 17**
- Novo site da Amagis simplifica acesso via dispositivos móveis **PÁG 19**
- Orçamento organizado é base para saúde financeira **PÁG 22**

+SAÚDE!

- Programa Check-up recebe adesão e aprovação de juízes **PÁG 23**
- Plano terá aplicativo para tablet e smartphone **PÁG 24**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis visa valorização da 1ª instância no orçamento

Presidente Alberto Diniz tratou do assunto em reunião no TJMG

Em favor da valorização da 1ª instância, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 3 de junho, da reunião do Comitê Gestor Regional e dos comitês orçamentários da Justiça Comum de 1º e 2º graus, realizada na sede do TJMG, em Belo Horizonte.

De acordo com Alberto Diniz, a participação da Associação na reunião dos comitês visa à distribuição equitativa do orçamento e da distribuição da força de trabalho, tendo como consequências melhorias nas condições de trabalho e de segurança dos magistrados nas atividades do dia a dia.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, ressaltou que as reuniões dos comitês são mais um meio de consolidação da gestão compartilhada do Tribunal. Ele também comentou sobre as dificuldades enfrentadas atualmente pela gestão pública, como em Minas Gerais, e destacou a importância da união de esforços de magistrados e servidores para evitar que a crise atinja o Judiciário mineiro.

SORAIA COSTA/TJMG



Reunião dos comitês regional e orçamentário do TJMG

O presidente da Amagis reconheceu as dificuldades impostas pela conjuntura, mas ressaltou que, com o diálogo e o fortalecimento da parceria institucional, tem sido possível impedir retrocessos e obter avanços no reconhecimento de direitos da classe e nas melhorias

das condições de trabalho.

Os magistrados Luís Carlos Rezende e Santos, juiz auxiliar da presidência do TJMG e vice-presidente Administrativo da Amagis, e Jair Francisco dos Santos, juiz auxiliar da presidência do TJ, participaram da abertura da reunião dos comitês. ●

Eleição direta em Roraima aproximou juízes do Tribunal

Presidente do TJRR foi eleito com colégio eleitoral ampliado

No dia 4 deste mês, o desembargador Mozarildo Cavalcanti, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR), completa seis meses de gestão. Em entrevista ao jornal AMB Informa, o magistrado, eleito para a Presidência de um tribunal com o voto de juízes e desembargadores, falou sobre esse avanço na democratização do Judiciário.

De acordo como o presidente do TJRR, a ampliação do colégio eleitoral

diminuiu a distância entre os magistrados de 1ª instância e a administração do tribunal. "É crescente o número de juízes que participam de comissões e grupos de trabalho não remunerados, porque sentem que têm a responsabilidade de contribuir com a administração que ajudaram a escolher", comentou o magistrado.

Sobre a PEC 187/2012, em tramitação no Congresso Nacional e que dispõe sobre a eleição direta nos ór-

gãos diretivos dos Tribunais de 2º grau, Cavalcanti avaliou que, caso seja aprovada, ela será muito bem recebida pela Magistratura de todo o País.

O presidente do TJRR observou ainda que a direção do Tribunal foi eleita com o apoio da maioria dos magistrados do Estado e disse que a gestão está atuando para honrar a confiança e as expectativas de todos no que se refere ao aprimoramento da prestação jurisdicional. ●

“O encontro fortaleceu nossas posições junto aos parlamentares para que as proposições de magistrados e membros do Ministério Público sejam incorporadas ao texto final”

Alberto Diniz
Presidente da Amagis

“Essa interlocução visa o equilíbrio da nova Previdência, em especial para as carreiras jurídicas que muito têm contribuído para o desenvolvimento da sociedade brasileira”

Newton Cardoso Jr
Deputado Federal

“Conversas de alto nível como essa são sempre interessantes porque são trazidas a nós, parlamentares, boas sugestões e a realidade dessas carreiras”

Lafayette de Andrada
Deputado Federal

Deputados apoiam Amagis na reforma da Previdência

Alberto Diniz recebeu parlamentares e dirigentes de classe na Associação

FOTOS: AMAGIS



Alberto Diniz com dirigentes de Associações e deputados federais

Um dia antes do parecer da reforma da Previdência ser apresentado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, reuniu, no dia 1º de julho, na sede da Associação, deputados federais da bancada mineira e dirigentes de Associações de classe para reforçar o apoio parlamentar a ajustes da proposta oficial, para preservar direitos e garantias da Magistratura e demais membros das carreiras jurídicas. O foco dos ajustes está nas regras de transição, no aumento de alíquotas e nas regras de concessão de pensão.

De acordo com Alberto Diniz, a interlocução com os parlamentares, seja em Minas Gerais ou em Brasília, a fim de impedir retrocessos para a classe, é uma ação permanente da Associação que tem sido reforçada a cada nova etapa da tramitação da proposta da reforma da Previdência. “O encontro

fortaleceu nossas posições junto aos parlamentares para que as proposições de magistrados e membros do Ministério Público sejam incorporadas ao texto final. Não podemos aceitar a perda de nenhum de nossos direitos já conquistados e consagrados”, afirmou.

Segundo o deputado federal Newton Cardoso Junior (MDB), o encontro foi importante para os parlamentares compreenderem a visão da Magistratura sobre a necessidade de uma transição bem planejada nas regras da Previdência. “Essa interlocução visa o equilíbrio da nova Previdência, em especial para as carreiras jurídicas que muito têm contribuído para o desenvolvimento da sociedade brasileira”, afirmou. Após a reunião, o deputado federal Paulo Abi-Ackel (PSDB) demonstrou sensibilidade às pautas apresentadas pela Associação em nome da classe. “O Poder Judiciário é objeto da nossa maior preocupação

em Brasília. Foi muito importante discutirmos alguns aspectos da Reforma da Previdência aqui, e acreditamos que tivemos boas opiniões para levarmos ao debate na Câmara”, disse.

O deputado federal Rodrigo de Castro (PSDB) destacou a legitimidade do encontro e das questões nele apresentadas pelos representantes das Associações de classe. “Tivemos uma conversa bastante franca, na qual mostramos, de ambos os lados, as dificuldades. Esse diálogo é fundamental e devemos mantê-lo até a aprovação da reforma, até porque a Magistratura é fundamental para a democracia e temos que mantê-la fortalecida, para que não ocorra um desestímulo a essa carreira tão importante”, avaliou.

Para o deputado federal Lafayette de Andrada (PRB), os reflexos da reforma da Previdência para magistrados e membros do Ministério Público foram expostos aos parlamentares de maneira muito clara, tornando o diálogo franco e transparente. “Conversas de alto nível como essa são sempre interessantes porque são trazidas a nós, parlamentares, boas sugestões e a realidade dessas carreiras. Além disso, tivemos também a oportunidade de mostrar como está sendo a dinâmica da Reforma da Previdência em Brasília”, ressaltou.

Na avaliação do deputado Fred Costa (Patriota), a interlocução faz parte do processo democrático. “As pautas apresentadas, hoje, são justas e serão levadas ao Parlamento para serem discutidas. A reforma da Previdência é algo extremamente necessário para o nosso País, que tem de voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento”, comentou.

Mesmo com uma avaliação positiva da reunião com a bancada mineira de deputados federais, o presidente da Alberto Diniz afirmou que a Amagis manterá permanente a interlocução com os parlamentares em Brasília, com a AMB, Associações de magistrados e das demais carreiras jurídicas, a fim de garantir a aprovação de emendas de interesse da classe no texto da nova reforma da Previdência.

DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

Segundo o presidente da AMMP, Enéias Xavier, a reunião organizada pela Amagis permitiu às Associações estreitarem o diálogo com os deputados federais. “Os deputados compreenderam nossos pontos de vista junto ao Parlamento, trazendo-nos a esperança de uma reforma mais amena”, ressaltou.

Para o presidente em exercício da Amatra3, juiz Renato de Paula Amado, a reunião foi bastante produtiva, pois foi possível falar com clareza aos parlamentares sobre questões importantes que podem minimizar os impactos da reforma sobre as carreiras jurídicas.

O presidente da Ajufemg, Ivanir Ireno Junior, considerou a reunião importante para fortalecer a interlocução com os deputados federais, que trabalham as alterações legislativas. “Sabemos da relevância da reforma da Previdência para o País, mas acreditamos que é possível atender às carreiras de servidores, que, há mais de 20 anos, acreditaram na importância das carreiras públicas, dedicaram suas vidas a isso e, agora, se veem surpreendidos sem uma regra de transição adequada”, afirmou. ●



Presidente da Amagis defendeu ajustes no texto da reforma da Previdência

“O Poder Judiciário é objeto da nossa maior preocupação em Brasília. Foi muito importante discutirmos alguns aspectos da Reforma da Previdência aqui”

Paulo Abi-Ackel
Deputado Federal

“Este diálogo é fundamental e devemos mantê-lo até a aprovação da Reforma, até porque a Magistratura é fundamental para a democracia e temos que mantê-la fortalecida”

Rodrigo de Castro
Deputado Federal

“As pautas apresentadas, hoje, são justas e serão levadas ao Parlamento para serem discutidas. A reforma da Previdência é algo extremamente necessário para o nosso País”

Fred Costa
Deputado Federal

Alberto Diniz critica reforma da Previdência na rádio Itatiaia

Presidente falou ainda sobre condições de trabalho e segurança

Durante entrevista ao jornalista Eduardo Costa, no programa Chamada Geral, na rádio Itatiaia, no dia 6 de junho, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, criticou a reforma da Previdência, falou sobre melhoria nas condições de trabalho e segurança dos magistrados. Antes da entrevista, Alberto Diniz foi recebido por Emanuel Carneiro, presidente da emissora.

Para Alberto Diniz, por mais que uma reforma da Previdência seja necessária, uma vez que o atual modelo precisa ser adequado à curva demográfica do pro-
 leiro, as mudanças propostas não podem penalizar as pessoas. Ele defendeu uma regra de transição que não prejudique aqueles que estão próximos da aposentadoria e observou que a proposta de reforma precisa de normas mais claras em alguns pontos.

Questionado sobre o orçamento do TJMG e a construção de novos fóruns, Alberto Diniz esclareceu que o Tribunal conta com o Fundo Especial do Poder Judiciário para custear iniciativas como essas obras.

Alberto Diniz disse ainda que os novos prédios são construídos com sistemas

GEORGIA BAÇVAROFF



Alberto Diniz e Emanuel Carneiro

e equipamentos capazes de garantir a segurança dos magistrados, servidores, promotores, advogados e daqueles que buscam a justiça nos fóruns. Perguntado

sobre a figura do 'juiz sem rosto', o presidente da Amagis afirmou que, caso ocorram situações em Minas, que exijam tal medida, ela deveria ser adotada no Estado. ●

DE COMARCA EM COMARCA

- Armando Fernandes Filho Cássia foi promovido, por antiguidade, do cargo de 5º juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da mesma comarca
- Fernando Antônio Tamburini Machado foi promovido, por merecimento, da 1ª Vara Cível Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Machado para o Juizado Especial da Comarca de Patos de Minas
- João Carneiro Duarte Neto foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Manga para a Vara Criminal da Comarca de Cataguases
- Maysa Silveira Urzêdo foi promovida, por antiguidade, do cargo de 5ª Juíza de Direito Substituto da Comarca de Arinos para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Iturama
- Marcelo Magno Jordão Gomes foi promovido, por merecimento, do cargo de 66º juiz de Direito Substituto da Comarca de Monte Azul para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Mantena
- Anna Paula Vianna Franco foi promovida, por antiguidade, do cargo de juíza de Direito Substituto da Comarca de Jaboticatubas para a Vara Criminal e da Infância e da
- Juventude da Comarca de Nova Lima
- Guilherme Esch de Rueda foi promovido, por merecimento, do cargo de 66º juiz de Direito Substituto da Comarca do Serro para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pedra Azul
- Denise Lucio Tavela foi removida, por antiguidade, da Vara Cível da Infância e da Juventude, de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas para a 1ª Vara Criminal, de Atos Infracionais da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da mesma comarca
- Elias Aparecido de Oliveira foi promovido, por antiguidade, do cargo de 101º juiz de Direito Substituto da Comarca de Lima Duarte para a 1ª Vara Criminal, de Atos Infracionais da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da mesma comarca
- Adelmo Bragança de Queiroz foi removido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Curvelo para a 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Penais da Comarca de Itaúna
- Gustavo Eleutério Alcalde foi promovido, por antiguidade, do cargo de 7º juiz de Direito Substituto da Comarca de Três Marias e Morada Nova de Minas para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Iturama

Gestão itinerante da Amagis visita duas comarcas por mês

Alberto Diniz esteve com juízes em São Gotardo e Montes Claros

RAUL MACHADO/TJMG



Presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, fala aos juízes durante o Encor em Montes Claros

RAUL MACHADO/TJMG



Em favor da valorização das condições de trabalho dos magistrados que atuam nas comarcas do interior de Minas, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, encontrou-se, em junho, com juízes das Comarcas de São Gotardo, Montes Claros e São Romão. Desde o início de sua gestão, Alberto Diniz esteve em pelo menos duas comarcas do interior do Estado a cada mês.

Em São Gotardo (Alto Paranaíba), o presidente da Amagis participou, no dia 13 de junho, da instalação da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da comarca. A expectativa é de que a prestação jurisdicional seja ainda mais qualificada com atuação de um novo juiz na região.

Ao participar do Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (Encor), realizado na Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), no dia 26 de junho, o presidente Alberto Diniz e o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, reuniram-se com juízes da Comarca de São Romão (Norte de Minas). Na ocasião, o presidente do Tribunal anunciou a

construção do novo fórum de São Romão.

O presidente da Amagis destacou a importância do trabalho desenvolvido pela direção do TJMG. “Fruto de parceria com a Amagis, a gestão do presidente Nelson Missias tem dado a necessária prioridade à 1ª instância, especialmente às comarcas do interior, em favor de melhores condições de trabalho e de segurança dos fóruns e de uma justiça cidadã”, disse.

Durante o Encor, Alberto Diniz conversou com os juízes sobre a atuação da Associação para evitar perdas e retrocessos na carreira com a reforma da Previdência. “A Amagis está determinada a superar e vencer possíveis ameaças a nossos direitos. Continuamos com nosso trabalho incansável de discussão junto a parlamentares, a fim de resguardar nossas garantias”, afirmou. No primeiro semestre deste ano, o presidente Alberto Diniz foi a Diamantina, Janaúba, Jaíba, Araxá, Pará de Minas, Varginha, Três Corações, Pedro Leopoldo, Ouro Preto, Itaúna, Pouso Alegre, São Gotardo e Montes Claros. ●

ROBERT LEAL/TJMG



Instalação da 2ª Vara na Comarca de São Gotardo

TJMG



Alberto Diniz e Nelson Missias com juízes de São Romão

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

QUINTA-FEIRA
JULHO 04



2ª Vara Cível de
São Sebastião do Paraíso/MG

TERÇA-FEIRA
JULHO 09



Vara da Fazenda Pública e
Auarquias de Divinópolis/MG

TERÇA-FEIRA
JULHO 09



1ª Vara Cível de Itaúna/MG

QUARTA-FEIRA
JULHO 10



1ª Vara Cível de Santa Luzia/MG

QUARTA-FEIRA
JULHO 10



3ª Vara Cível de Contagem/MG

QUINTA-FEIRA
JULHO 11



1ª Vara do Trabalho Pouso Alegre

TERÇA-FEIRA
JULHO 16



1ª Vara do Trabalho de
Varginha/MG

TERÇA-FEIRA
JULHO 16



2ª Vara do Trabalho de
Pouso Alegre

TERÇA-FEIRA
JULHO 16



2ª Vara Cível de Alfenas/MG

TERÇA-FEIRA
JULHO 23



Vara Única de Monte Alegre
de Minas/MG

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Desembargadora recebe reconhecimento no TJMG

Alberto Diniz manifestou o agradecimento da Associação

Ao participar da sua última sessão na 2ª Câmara Cível do TJMG, no dia 4 de junho, em função da aposentadoria, a desembargadora Hilda Teixeira da Costa foi homenageada por magistrados, amigos e familiares, que reconheceram a dedicação dela ao Judiciário mineiro e à pacificação social.

Presente na despedida, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou as qualidades da magistrada e agradeceu apoio e carinho dela em um momento difícil de sua vida. "Trago as palavras de Mário Quintana para dizer

que a amizade é um amor que nunca morre, sempre fica conosco. Gostaria de agradecer à desembargadora Hilda por todo o apoio que me deu e pelo trabalho de excelência que prestou ao Tribunal de Justiça. A Amagis vem a público agradecer o companheirismo de todos esses anos e dizer que as portas da Associação estarão sempre abertas a você", afirmou.

Os desembargadores Marcelo Rodrigues, presidente da 2ª Câmara Cível do TJMG, Caetano Levi Lopes e Raimundo Messias Júnior e o juiz convocado

TIAGO PARRELA



Alberto Diniz, Hilda Teixeira, Tereza, Beatriz e Ângela

Lailson Braga Baeta Neves, que compõem a 2ª Câmara Cível, além dos magistrados Edgard Penna Amorim e Ângela Rodrigues, também

aderiram às homenagens, assim como representantes do Ministério Público de Minas Gerais, da OAB-MG e servidores do TJMG.●

Nova vara contra violência familiar

Unidade foi criada em Contagem

A atuação do Judiciário mineiro pela paz em casa foi reforçada, no dia 6 de junho, com a inauguração da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Inquéritos Policiais da Comarca de Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte).

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou a importância de o Judiciário mineiro melhorar a estrutura para atuar em casos de violência doméstica contra a mulher, e enalteceu o trabalho desenvolvido pelo TJMG nessa área. "Esse é um tema de grande relevância, e o TJMG

tem feito sua parte com as instalações das varas especializadas e outras tantas iniciativas que merecem o apoio e o reconhecimento da Associação", afirmou.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, disse que já estudava a criação da vara especializada e que sua decisão foi consolidada em reunião com um grupo de mulheres do município, lideradas pela desembargadora Alice Birchal e pela deputada estadual Marília Campos, que lhe apresentaram dados sobre a alta incidência de atos de violência contra mulheres na cidade.●

travel 4

VESPERATA EM DIAMANTINA

VIAGEM EXCLUSIVA PARA ASSOCIADOS A AMAGIS E CONVIDADOS

04 A 06 DE OUTUBRO
UMA OPORTUNIDADE ÚNICA!

INCLUI

- Transporte em ônibus ou micro-ônibus executivo
- 02 noites de hospedagem com café da manhã, em apto duplo standard
- Refeições conforme o roteiro
- City Tour de meio dia em Diamantina
- Entrada com reserva de mesa para a Vesperata
- Seguro viagem
- Brinde exclusivo Travel4

(31) 3309-9092 / www.travel4.tur.br / CONTATO@TRAVEL4.TUR.BR

Rogério Medeiros toma posse no TRE-MG

Combate às *fake news* é desafio para as eleições municipais

Ao tomar posse, no dia 18 de junho, da Presidência do TRE-MG, o desembargador Rogério Medeiros destacou o desafio de preparar as eleições municipais de 2020 e enfrentar o problema das *fake news* (notícias falsas). Na mesma data, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho foi empossado vice-presidente e corregedor do Tribunal Eleitoral mineiro.

Ao falar sobre as *fake news*, Rogério Medeiros comentou sobre o período em que atuava como juiz eleitoral em pequenas comarcas do interior de Minas. Segundo o magistrado, nas madrugadas antecedentes às eleições municipais, havia distribuição ilícita de panfletos, que ofendia a honra de candidatos a prefeitos. “Era difícil identificar os autores da panfletagem”, disse, comparando-a às *fake news*.

Portanto, de acordo com o novo presidente do TRE-MG, sempre foram veiculadas inverdades para tentar influenciar o resultado das eleições. “Não podíamos prever, contudo, a avalanche de *fake news* direcionadas

às urnas eletrônicas nas eleições gerais de 2018”, disse, ao adiantar ainda que, desde já, serão veiculadas informações destinadas à educação digital do eleitorado e da sociedade mineira.

Rogério Medeiros ressaltou também a importância da Justiça Eleitoral, cujo modelo, na avaliação dele, centrado na Justiça Estadual é bem-sucedido desde sua criação em 1932. “É gratificante servir à Justiça Eleitoral”, afirmou. *Leia na página lado entrevista com o novo presidente do TRE-MG.*

Participaram do evento, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o vice-governador, Paulo Brant, representando o governador Romeu Zema, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Villela, a 2ª vice-presidente, desembargadora Áurea Brasil, a 3ª vice-presidente, desembargadora Mariângela Meyer, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Saldanha da Fonseca. ●

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF



Rogério Medeiros com autoridades durante a posse



Rogério Medeiros, Alberto Diniz, Alexandre Victor e Andreza



IMPRESSO OU DIGITAL

Você escolhe como deseja receber o jornal Decisão, da Amagis

Caso deseje receber apenas a versão eletrônica do Decisão, envie um e-mail com a solicitação para imprensa@amagis.com.br

Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG



TRE-MG

Em agosto próximo, o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima completará 30 anos de carreira. Essas três décadas de serviços prestados ao Judiciário mineiro foram coroadas, no dia 18 de junho, com sua posse na Presidência do TRE-MG para o próximo biênio. Em seu mais novo desafio na carreira, o magistrado terá pela frente a realização de eleições municipais em um período de grande polarização política no País e a implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral mineira.

Como dar efetividade à decisão do STF de que crimes conexos com crimes eleitorais sejam julgados pela Justiça Federal?

Logo após a decisão do STF, o TSE reuniu presidentes e corregedores dos TREs em Brasília, para discutir a questão. Participei da reunião. A conclusão, praticamente consensual, foi no sentido de criar duas zonas eleitorais nas capitais dos Estados, competentes para julgar as ações penais eleitorais, seja dos crimes eleitorais próprios, seja dos crimes comuns conexos com os crimes eleitorais. Há uma resolução em elaboração no TSE, nesse sentido.

O que será necessário para a criação da zona eleitoral criminal de Belo Horizonte? Como seria a estrutura dessa zona eleitoral?

Precisaremos aprovar uma resolução no plenário do TRE-MG. Aprovada a resolução, vamos ter de criar as estruturas, recrutar servidores vocacionados para o Direito Penal, a fim de atuar nas secretarias dessas zonas eleitorais e prestar um eficiente assessoramento aos juízes. Os magistrados atuarão no sistema de rodízio, por um biênio, como já está consagrado normativamente pelo TSE.

De que forma a implantação do PJe irá impactar o trabalho da Justiça Eleitoral? Como será feita e qual o prazo para a implantação do PJe em Minas Gerais?

O TSE já determinou a implantação do PJe em todas as instâncias da Justiça Eleitoral. Já vinha sendo implantado gradativamente, no âmbito do TRE-MG, e a previsão é de que esse processo seja iniciado, na primeira instância, em agosto, pelas zonas da capital, e concluído no final do segundo semestre de 2019. É uma importante ferramenta para facilitação da tramitação e de consultas. Também garante sustentabilidade na medida em que suprimimos o consumo de papel. Mas é ferramenta, tão só. A responsabilidade de operar, de cumprir prazos e de decidir com sabedoria e equidade, está ainda nas mãos dos servidores e dos juízes.

O senhor avalia que a Justiça Eleitoral está mais preparada para lidar com as fake news? Quais iniciativas podem ser tomadas para inibir o uso de fake news nas eleições municipais?

Com certeza. Depois de muitas discussões em diversos seminários promovidos pelo TSE e outras entidades, inclusive estrangeiras, chegou-se à conclusão de que não se pode evitar o aparecimento das chamadas fake news e nem há como eliminá-las. Numa democracia, é impensável a censura. No âmbito do TRE-MG, faremos, desde já, uma ampla campanha de esclarecimento aos eleitores, em parceria com o Poder Legislativo, o Poder Executivo, OAB, imprensa, universidades etc. Vamos orientar o eleitor a sempre consultar fontes seguras de notícias e não compartilhar, especialmente nas redes sociais, conteúdos sobre os quais não tenha assegurada a veracidade.

Em um período de intensa polarização política no Brasil, quais são as principais preocupações do TRE-MG para as eleições municipais?

Ordem e lisura. Temos de concitar candidatos e partidos a promoverem campanhas eleitorais corretas, seja no sentido de obedecer à legislação reguladora da arrecadação de recursos financeiros e das condutas vedadas, seja no sentido de promover um debate aberto, sincero e honesto. É muito importante o papel da imprensa e da sociedade civil na verificação dos abusos e na contenção da veiculação de inverdades. ●

“É muito importante o papel da imprensa e da sociedade civil na verificação dos abusos e na contenção da veiculação de inverdades”

TJMG conta com novos desembargadores

Quatro juízes são promovidos e integram nova câmara do Tribunal

GEORGIA BAÇVAROFF



Dirceu Baroni, Lilian Maciel, Alberto Diniz, Genil Anacleto e Maurício Ferreira

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) passou a contar com a experiência de mais quatro magistrados para julgar os processos na segunda instância. No dia 13 de junho, quatro magistrados tomaram posse no cargo de desembargador em sessão administrativa no gabinete da Presidência do Tribunal: Genil Anacleto Rodrigues Filho, Dirceu Wallace Baroni, Lilian Maciel Santos e Maurício Pinto Ferreira. Os novos desembargadores receberam o Colar do Mérito Judiciário em solenidade comemorativa no dia 17 de junho e passaram a integrar a 8ª Câmara Criminal, que será presidida pela desembargadora Márcia Milanez.

Ao empossar os novos desembargadores, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, destacou a alegria em ter magistrados éticos, socialmente comprometidos, responsáveis e que muito contribuirão com o TJMG. O presidente desejou sucesso aos magistrados empossados e afirmou que, cada ato praticado pelos integrantes do Tribunal, tem de se pautar pelo dever para com a cidadania, onde o conhecimento técnico é de fundamental importância juntamente com a sensibilidade social.

De acordo com o presidente do TJMG, para cumprir o cargo de desembargador, não há receitas prontas. “O conhecimento técnico é essencial, mas a sensibilidade social é insubstituível”, destacou. O desembargador Nelson Missias de Moraes fez ainda referência a cada um dos agracia-

dos, destacando sua trajetória na Magistratura mineira.

NOVA CÂMARA

O TJMG passou a contar, no dia 15 de abril, com mais uma Câmara. A instalação da 8ª Câmara Criminal foi aprovada pelo Órgão Especial no dia 3 de abril, com o objetivo de garantir a razoável duração do processo, por meio da prestação jurisdicional mais ágil e efetiva, a segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, além de elevar a produtividade dos magistrados, considerando o alto número de processos distribuídos entre as Câmaras.

A Resolução 886/2019, que determina a instalação da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), foi publicada no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) do dia 15 de abril. A instalação de câmaras está prevista pela Lei Complementar estadual nº 59, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

O superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, destacou, em entrevista, que a instalação da 8ª Câmara Criminal foi concebida para atender a uma antiga demanda de ampliação de câmaras com competência criminal. Gilson Soares argumentou que estudos que antecederam a instalação demonstraram crescimento significativo na média de feitos originários e recursais de primeira instância nas câmaras de competência criminal. Pulou de 7.762 feitos em 2017 para 8.925 em 2018. ●

FOTOS: TIAGO PARRELA

**Dirceu Wallace Baroni**

“A posse como desembargador representa o ápice da carreira e a realização de um sonho. Eu agradeço muito a Deus por isso e confio nele para que tudo corra bem nessa nova etapa”

Dirceu Baroni é natural de Bauru, interior de São Paulo. Veio para Minas Gerais em 1986 para atuar como promotor de Justiça. Entrou para

Magistratura em 1990, e passou pelas Comarcas de Piranga, Conselheiro Lafaiete, Januária, Iturama e Betim, onde ficou por 23 anos.

“É um momento muito importante e almejado chegar ao Tribunal porque representa o reconhecimento de nosso trabalho. Eu pretendo desempenhar meu trabalho da melhor maneira possível”

Genil Anacleto é natural de Divino. Antes de integrar a magistratura foi delegado da Polícia Civil de Minas Gerais. Como magistrado,

passou pelas Comarcas de Itabirito, Itambacuri, Betim, Patos de Minas e Belo Horizonte, onde está há 17 anos.

**Genil Anacleto Rodrigues Filho****Lilian Maciel Santos**

“Espero continuar contribuindo para nosso Tribunal de Justiça com muito afinco, buscando sempre a eficiência perante a sociedade, que tanto conclama para que o Poder Judiciário tenha uma prestação célere e eficaz”

Lilian Maciel foi servidora da Justiça do Trabalho e promotora de Justiça. Entrou para a Magistratura em 1997 e atuou nas Comarcas

de Sabinópolis, São João Evangelista, Alto Rio Doce, Timoteo, Brasília de Minas, Ponte Nova e Belo Horizonte.

“Esta é uma data muito significativa, quando chegamos ao 2º grau para aprender e contribuir. É muito importante chegarmos ao Tribunal porque representa uma premiação aos nossos esforços”

Maurício Pinto Ferreira foi juiz em Rondônia e ingressou na Magistratura mineira em 1992. Passou pelas Comarcas de Passos, Medi-

na, Mesquita, Ibiraci, Minas Novas, Manhuaçu e Belo Horizonte. Nos últimos anos, atuou como juiz convocado na 10ª Câmara Cível.

**Maurício Pinto Ferreira**

O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



Projeto integra Judiciário e cidadãos de Muriaé

Iniciativa foi idealizada pela juíza Alinne Arquette, diretora do Foro

No dia 31 deste mês, membros do Judiciário, advogados, comunidade jurídica acadêmica e cidadãos irão debater, na Comarca de Muriaé (Zona da Mata mineira), os cuidados paliativos e a dignidade humana, na terceira edição do projeto Juscidade - Justiça, Cidadania e Dignidade.

Criado pela juíza Alinne Arquette Leite Novais, diretora do Foro da Comarca, a iniciativa tem como objetivo promover a integração dos atores do direito da região e o exercício da cidadania, por meio de estudos, palestras e trocas de experiências sobre diferentes temas relacionados ao homem e à sociedade.

Para a magistrada, a interlocução com os diferentes setores da sociedade pode ser um importante instrumento de transformação social, comprometido não só com o acesso ao Judiciário, pois procura abranger os meios legítimos para se alcançar a justiça no seu sentido mais amplo.

MOTIVAÇÃO

Segundo a juíza, o que a motivou a desenvolver o projeto foi a necessidade, cada vez maior, de se promover a aproximação do Poder Judiciário com a comunidade na qual ele está inserido. "É preciso demonstrar que o Judiciário não é espaço apenas de disputas e discordâncias, mas também de reflexão para o melhor exercício da cidadania, com dignidade e para se alcançar a justiça", afirmou.

A magistrada observou ainda que, ao longo dos anos, o Judiciário assumiu novos papéis, pois a realidade lhe apre-

DIVULGAÇÃO



Juíza Alinne Arquette Leite Novais

sentou outros desafios no campo judicial e extrajudicial, como as agendas dos movimentos sociais, precisando tomar cada vez mais decisões importantes para o País.

As palestras realizadas no Juscidade são gratuitas e realizadas no salão do júri do fórum da Comarca de Muriaé. Os palestrantes deste mês serão a professora Hildeliza Boechat, que falará sobre os cuidados paliativos como tutela da dignidade humana, e a psicóloga Ieda Boechat, que abordará os cuidados paliativos: o 'paradigma do cuidar' de Leo Pessini e a Psicologia Fenomenológica-Existencial. ●

An advertisement for Travel 4 featuring a silhouette of an elephant herd in a savanna at sunset. The text is in white and yellow on a dark blue background.

travel 4

ÁFRICA DO SUL NA SEMANA DA CRIANÇA - UMA VIAGEM EXTRAORDINÁRIA!

A TRAVEL₄ É PARCEIRA DA AMAGIS PARA REALIZAR SEU SONHO EM QUALQUER PARTE DO MUNDO

GRUPO EXCLUSIVO - 11 A 20 DE OUTUBRO

AGENCE SEU HORÁRIO | www.travel4.tur.br
WhatsApp (31) 3309-9092

Escolas debatem seleção e formação de magistrados

TJ promove o 48º Copedem, e o CNJ discutiu formas de ingresso

MIRNA DE MOURA/TJMG

Em junho, as regras do concurso e a formação de juízes foram debatidas, respectivamente, em Brasília e Minas Gerais. No dia 10 do último mês, representantes de escolas de magistrados participaram de audiência pública no CNJ para discutir as regras de ingresso na carreira e, nos dias 13 e 14, o TJMG promoveu o 48º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem).

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, as discussões promovidas durante o encontro foram importantes para as escolas contribuírem com o aprimoramento da formação dos magistrados. "As escolas podem mudar paradigmas, e esse papel é necessário e imprescindível para que acompanhem as mudanças da sociedade e consigamos sempre prestar um serviço mais adequado, de acordo com o que o jurisdicionado espera", afirmou.

A desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), observou que o encontro permite o compartilhamento de práticas que podem ser adotadas por outras escolas. Entre as discussões abordadas, a magistrada destacou o uso da tecnologia, como a inteligência artificial, para agilizar a tramitação dos processos.



Nelson Missias e Áurea Brasil com representantes de escolas da Magistratura

CONCURSO

Na audiência pública para debater a revisão dos critérios do concurso para ingresso na carreira da Magistratura, um dos pontos abordados foi a importância de atualizar a resolução CNJ 75/2009, visando a seleção de candidatos com vocação para a judicatura. Os participantes manifestaram a preocupação com a expansão de cursos jurídicos que colocam profissionais formalmente aptos a ingressar na Magistratura, mas sem as habilidades necessárias para o desempenho da função.

Outro ponto discutido foi a possibilidade de se estruturar a seleção de forma que, para além da aferição do conhecimento, a representatividade também seja contemplada. Segundo a juíza federal Cíntia Menezes Brunett, que representou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o concurso não observa a diversidade social, de gênero e de raça. "Por causa de dificuldade financeira ou pessoal, existem indivíduos que não conseguem buscar a Magistratura, e isso nos preocupa", comentou. ●

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

● Sistema Concursal Brasileiro

Período: 19 e 20 de agosto

Inscrições: até 15 de julho

Local: São Paulo

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Infância e Juventude

Período: 12 e 13 de setembro

Inscrições: até 15 de agosto

Local: Rio de Janeiro

Vagas: 100

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● O novo direito militar: atualização à luz da Lei

13.491/17

Período: 25 a 27 de setembro

Inscrições: até 20 de agosto

Local: São Paulo

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Direito, Internet e Redes

Sociais

Período: 26 e 27 de setembro

Inscrições: até 20 de agosto

Local: Manaus

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

Ajuste garante economia de R\$ 260 mil na Amagis

Diretoria decide também cortar à metade diária do CAMT

Atenta à realidade financeira do estado e do País, a diretoria da Amagis vem adotando, nos últimos seis meses, medidas de ajustes e corte de despesas, gerando economia de cerca de R\$ 257,6 mil anuais. A racionalização atingiu os gastos com impressoras, e-mail corporativo, telefonia, revisão de contratos e reestruturação de equipe.

Além disso, empenhada em dinamizar o uso das unidades sociais, a diretoria da Amagis decidiu, no dia 12 de junho, ampliar a oferta de serviços no Parque Esportivo e reduzir o valor das diárias da hospedagem no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), conferindo mais um benefício aos magistrados do interior que precisam se hospedar em Belo Horizonte.

As diárias do CAMT foram reduzidas, por tempo indeterminado, em 50%, passando de R\$ 120,00 para R\$ 60,00. A hospedagem no centro de apoio é permitida aos associados titulares ou a pessoas identificadas, que estejam sob a responsabilidade deles.

O CAMT conta com dezesseis suítes, equipadas com TV, frigobar e mobiliário capaz de garantir o conforto dos hóspedes. Instalado no Parque Esportivo da Amagis, o espaço dispõe ainda de uma área de lazer com piscinas aquecidas,

AMAGIS



Reunião entre a diretoria da Amagis e colaboradores da Associação

academia, quadra poliesportiva, sauna e um restaurante aberto ao público.

NOVOS SERVIÇOS

Com as mudanças promovidas pela diretoria da Associação, os frequentadores do CAMT e do Parque Esportivo poderão ainda usufruir dos serviços de massoterapia, manicure e depilação. O agendamento de cada um dos atendimentos pode ser feito, respectivamente, pelos telefones (31) 98637-1755, com Marcelo Reis, (31) 98879-4060, com Janaína, e (31) 99202-7888, com Claudilane. As reservas para o CAMT podem ser feitas por meio do telefone (31) 3079-3461.

A diretoria também estuda a possibilidade de realizar melhorias no Parque

Esportivo, a fim de modernizar e ampliar as alternativas de lazer oferecidas aos magistrados e seus familiares no espaço.

SORTEIO DE VAGAS

Os associados interessados em planejar as festas de final de ano e férias de verão podem fazer, até o dia 23 de agosto, a inscrição para o sorteio de vagas para as colônias de férias da Amagis em Caxambu (Sul de Minas), Caldas Novas (GO), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ) e Nova Viçosa (BA).

As inscrições para o sorteio devem ser feitas pelo e-mail cacia@amagis.com.br, e as dúvidas podem ser esclarecidas com Cácia Guedes pelo telefone (31) 3079-3459. Saiba mais sobre as colônias de férias no site amagis.com.br. ●

CONVÊNIOS

● Ar & Companhia Ltda

Desconto de 5% nas vendas e de 7% nas instalações, manutenções e consertos de condicionadores de ar.

Telefones: (31) 3075-7208, (31) 3016-5818, (31) 3017-3518

Endereço: Rua Mantiqueira, 227, Santa Inês - BH

● Clonarte - Serviços Gráficos

Preços especiais para associados da Amagis.

Telefone: (31) 3228-3450

Endereço: Rua Alumínio, 75, Serra - BH

● Strada Jeep

Descontos para associados da Amagis.

Telefone: (31) 3478-0300

Endereço: Av. do Contorno, 10.601, Barro Preto - BH

Site: stradajeep.com.br

● Barbearia Torres

Serviços realizados de segunda a sexta-feira, com desconto de 10% no pagamento em dinheiro. Pacote com corte de cabelo, barboterapia e hidratação capilar no valor de R\$105,00.

Telefones: (31) 3568-4401 ou (31)

3656-4202 no Buritis, (31) 3267-1636 no Estoril e (31) 3654-6263 no Vila da Serra [Nova Lima].

Site: barbeariatorres.com.br

● CRD Corretora de Seguros

Descontos para associados da Amagis.

Telefones: (31) 3568-0477, (31) 3508-8320, (16) 3512-7575

Endereço: Rua Albita, 194, 4º andar, Salas 402 e 403, Cruzeiro - BH

Festa junina tem renda revertida para o Nutris

Congraçamento foi marcado pela descontração e solidariedade

FOTOS: IZABELA MACHADO



Alberto Diniz, a esposa Suzana, Luzia Peixoto, Rosimere Couto e magistrados na festa junina promovida pela Associação



Com parte da renda revertida ao Núcleo de Trabalho de Integração Social (Nutris), a festa junina da Amagis, realizada no parque esportivo da Associação, no dia 29 de junho, reuniu a Magistratura mineira e seus familiares em um clima de descontração e solidariedade.

Ao agradecer a presença de todos, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou que a diretoria tem ampliado as atividades promovidas pela Associação a fim de fortalecer a convivência e união da classe. “A Amagis quer trazer os magistrados cada vez mais para a vida associativa, e eventos como este, que proporcionam momentos de congriação e união, são uma ótima oportunidade para isso”, afirmou. Alberto Diniz também destacou a importância da contribuição dos magistrados para o Nutris. “Com a ajuda de cada um, podemos amparar aqueles que mais necessitam e transformar a realidade dessas crianças e jovens”, disse.

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis,

juiz Jorge Paulo dos Santos, observou a importância de a Associação promover eventos que possam estimular uma relação sólida entre a Magistratura. “É com muita alegria que a diretoria da Amagis se empenha na realização desses encontros. Outros virão. Portanto, conclamo todos os associados a prestigiarem as realizações da Amagis”, concluiu.

Para a diretora do Parque Esportivo da Amagis, juíza Maria Isabela Fleck, é muito importante a Associação ser palco de congriações que propiciam o a união entre a classe. “Estou muito feliz por ver o parque receber este encontro, que é uma iniciativa da Comissão de Festas da Amagis. Estamos somando esforços nesta que é também uma oportunidade de fazermos o bem a quem precisa”, comentou.

Segundo a vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas, juíza Marli Maria Braga Andrade, os encontros promovidos pela Associação proporcionam o reencontro entre magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. “Isso é fundamental para a união da classe”, destacou. ●



Festa Junina teve apresentação do Nutris e congregou a Magistratura mineira

PENSAMENTO JURÍDICO

Mandado de Segurança

Criado pela jurisprudência nacional em 1934, o mandado de segurança está entre as ações judiciais que ajudam a proteger o cidadão quando seus direitos estão sendo violados. Qual a diferença entre mandado de segurança, mandado de busca e apreensão e de soltura? Conversamos sobre este assunto com o juiz Laílson Braga Baeta Neves, convocado à 2ª Câmara Cível do TJMG. [Foto]



Criação de Novas Câmaras

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da resolução 886/2019, determinou a instalação da 8ª Câmara Criminal. Quais são os efeitos da medida sobre a prestação jurisdicional? Como conciliar a segurança jurídica e o aumento da produtividade? Para comentar o assunto, convidamos o desembargador Gilson Soares Lemes, superintendente administrativo adjunto do TJMG.

Mutirão Habitacional

Em uma parceria com o TJMG e a Cohab (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais), por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Vespasiano (Grande BH), a Comarca realizou o mutirão habitacional. No Pensamento Jurídico, a juíza Sayonara Marques, da 1ª Vara Cível e coordenadora do Cejusc de Vespasiano, nos fala sobre o assunto.

Cadastro Nacional de Adoção

O programa destacou os 11 anos do Cadastro Nacional de Adoção e convidou o juiz José Honório Rezende, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Ibitiré (Grande BH), para falar sobre o assunto. No ano passado, foram efetivadas mais de 2 mil adoções. Qual foi a importância dessa ferramenta e de que maneira contribuiu para vencer barreiras e aproximar pais adotivos e filhos?

TV JUSTIÇA Sexta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

VIA JUSTIÇA

Reincidência Infracional

Em parceria com a PUC Minas, o TJMG produziu uma pesquisa inédita no Brasil sobre a reincidência juvenil. Para discutir o tema, convidamos a desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude - Coinj - do TJMG e idealizadora da pesquisa, e o professor da PUC Minas Luís Flávio Sapori, coordenador do estudo. Não perca! [Foto]



Justiça pela Paz em Casa

O Via Justiça falou sobre a Semana Justiça pela Paz em Casa, que promoveu ações de prevenção e combate à violência doméstica e ao feminicídio. Conversamos sobre a campanha com a juíza Aline Pereira Sena, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), e a superintendente de Políticas Públicas para Mulheres em Contagem, Gê Nogueira.

Fake News

O CNJ lançou, em abril, uma campanha para combater boatos na internet, as fake news. Essa ação visa oferecer informações sobre a atuação do Judiciário, além de checar dados falsos divulgados na rede. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado José Arthur Kalil, do Instituto de Ciências Penais/MG.

Divórcio

O programa relembrou a história do divórcio no Brasil, sua evolução e impactos sociais. Em 2019, a lei que acabou com a limitação de apenas um divórcio por pessoa completa 30 anos. Para discutir o assunto, convidamos o juiz Paulo Gastão de Abreu, da 10ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o advogado José Roberto Moreira Filho, que é presidente do IBDFAM-MG.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

Novo site da Amagis simplifica acesso em dispositivos móveis

Navegação na página da Associação está mais fácil e agradável

Com uma linguagem de programação capaz de adaptar uma página da internet às telas de smartphones e tablets, a diretoria da Amagis lançou, no dia 27 de junho, o novo site da Associação, que continua sendo acessado pelo endereço eletrônico amagis.com.br.

Ao decidir pela mudança, a diretoria da Amagis levou em consideração o alto número de visitas feitas ao site por meio de smartphones e tablets, tendo como objetivo tornar a navegação e a leitura das informações disponíveis muito mais eficientes, agradáveis e intuitiva.

A distribuição do conteúdo disposto na página principal foi alterada de forma que o leitor encontra as notícias em destaque no topo da página, seguida de outros conteúdos sobre as ações desenvolvidas pela diretoria da

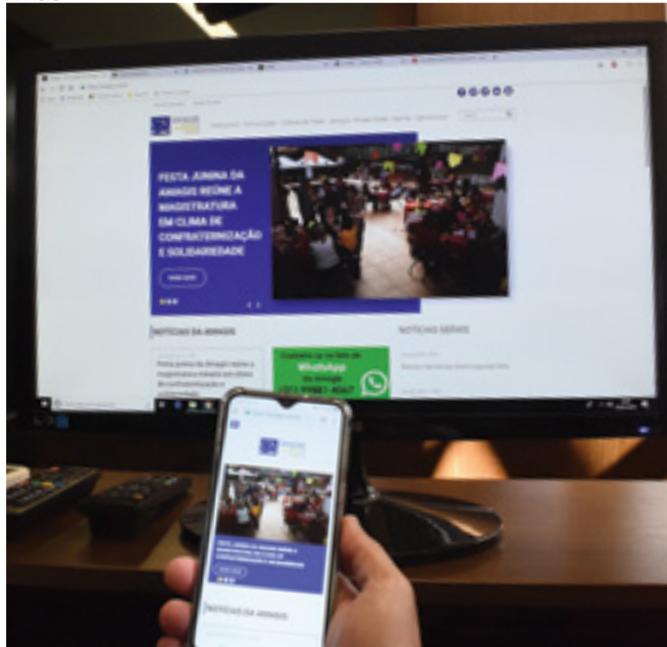
Amagis. No centro, com melhor visibilidade, os projetos prioritários da Magistratura e as ações da Associação ganham relevância.

COMUNICAÇÃO

A atualização do site faz parte do trabalho permanente de aprimoramento da comunicação da Amagis com seus associados e com a sociedade e integra o conjunto de ações desenvolvido pela atual diretoria, sob a presidência do desembargador Alberto Diniz e da diretora de Comunicação, juíza Cristiana Martins Gualberto.

Profundidade, agilidade e confiabilidade são aspectos que norteiam todo o plano de comunicação da Associação em suas mais variadas vertentes, tanto nos programas de TV, Via Justiça e Pensamento Jurídico, quanto nas publi-

AMAGIS



Acesso via smartphone foi facilitado

cações impressas – Jornal Decisão, Revistas Magis-Cultura e Amagis Jurídica e Relatório Anual de Gestão

– passando pelos canais digitais como Facebook, YouTube, WhatsApp, Instagram, Twitter e e-mail.●

Inscreva-se na lista de **WhatsApp** ou **Telegram** da Amagis para receber informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.





BAÚ DE ACORDES

Mundo de Dentro

Tiago Parrela - Aos 76 anos de idade, o músico e compositor Dori Caymmi continua com a verve da criação acesa. Lançado em 2010, "Mundo de Dentro" presenteia o público com 13 músicas compostas com Paulo César Pinheiro, parceiro de velhas canções que geraram grandes clássicos da música brasileira, como "Desafio", "Evangelho", "Desenredo", "Velho Piano", entre outras.

Descendente da linhagem dos Caymmi, que emprestaram todo seu talento à música brasileira e criaram um cancionário nacional presente na memória musical, com um legado que extrapola fronteiras. Do jangadeiro ao mar da

Bahia e suas sereias, às pretas do Aca-rajé, Dorival Caymmi falou de sua aldeia para o mundo e trouxe consigo mais três expoentes, Nana, Dori e Danilo que deixariam sua marca e influência em diversas gerações de brasileiros.

Além de grande violonista, com capacidade para encontrar belas melodias, Dori Caymmi é detentor de uma voz pujante, que usa de sua densidade para transformar suas músicas com intensidade.

O álbum "Mundo de Dentro" abre com a música "Quebra-Mar", que, igualmente, ao patriarca Caymmi, o mar parece ser também a inspiração, mas com

uma entonação mais intimista como se a canção lembrasse uma pintura familiar. A música "Rio Amazonas" é um louvor à brasilidade e às referências de sua formação como pessoa e artista, que já ganhou título como uma das obras-primas do século XXI.

Com uma poesia exuberante e sem poupar coração [título de uma das faixas do disco], o álbum passeia entre os ritmos de samba, ijexá, samba-canção, baião e choro e promete emocionar qualquer ouvinte. O disco está fora de catálogo, mas pode ser ouvido no site Youtube, no endereço: <https://bit.ly/2Yj06pp>.●

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● 5 A SECO - SÍNTESE

Data: 12 de julho

Horário: 20h

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 90 [inteira] e R\$ 45 [meia]

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● HUMBERTO GESSINGER - DIA MUNDIAL DO ROCK

Data: 13 de julho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 130 [inteira] e R\$ 65 [meia]

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● FÁBIO JR.

Data: 3 de agosto

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 100 [inteira], R\$ 50 [meia], R\$ 480 [mesa 1] e R\$ 400 [mesa 2]*

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● THE BEATS

Data: 9 de agosto

*As mesas têm quatro lugares.

**As regras sobre o direito a meia entrada estão disponíveis no site fcs.mg.gov.br

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 80 [inteira], R\$ 40 [meia] e R\$ 560 [mesa]*

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● JOTA QUEST - SAIDEIRA ACÚSTICO TOUR

Data: 10 de agosto

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 120 [inteira], R\$ 60 [meia] e R\$ 640 [mesa]*

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● ALMIR SATER

Data: 28 de setembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 70 [inteira], R\$ 35 [meia], R\$ 550 [mesa 1] e R\$ 360 [mesa 2]*

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

INFANTIL

● A BELA ADORMECIDA

Data: 14 de julho

Horário: 16h

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 22 [inteira] e R\$ 11 [meia]

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● PORQUINHOS - O MUSICAL

Data: 28 de julho

Horário: 16h

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 20 [inteira] e R\$ 10 [meia]

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● A BELA E A FERA

Data: 18 de agosto

Horário: 18h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I: R\$ 140 [inteira], plateia II: R\$ 110 [inteira] e plateia superior: R\$ 90 [inteira]**

Informações: [31] 3236-7400

● MASHA E O URSO

Data: 25 de agosto

Horário: 18h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I: R\$ 90 [inteira], plateia II: R\$ 70 [inteira] e plateia superior: R\$ 50 [inteira]**

Informações: [31] 3236-7400

O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE POLÍTICA E DIREITO

A elevada tensão nas bases fundantes da organização político-administrativa da sociedade brasileira

JOÃO CARNEIRO DUARTE NETO*

Na atualidade, estuda-se a elevada tensão nas bases fundantes da organização político-administrativa da sociedade brasileira. Tendo como características a independência e a harmonia entre os Poderes, bem como a adoção da teoria da separação dos poderes e os mecanismos de freios e contrapesos, observam-se alguns elementos indicativos de desajustes e desequilíbrios nos sistemas político e jurídico, assim como no inter-relacionamento entre eles.

da sociedade, da comunicação e da evolução. A temática principal da presente pesquisa é o relacionamento entre os Poderes (funções) Executivo, Legislativo e Judiciário, as externalidades produzidas por cada um frente aos outros, isto é, as comunicações entre eles.

Como temática instrumental, para análise da política, descreve-se o sistema de governo presidencialista de coalizão, o qual pressupõe alianças políticas e formação de maiorias, num cenário de pluripartidarismo e

centro decisório de todo e qualquer problema da sociedade, pois essa não é sua função.

A função essencial do Judiciário é voltada para frente, para o futuro, é a manutenção das expectativas normativas da sociedade. A viabilidade da convivência humana numa sociedade tão complexa e instável exige que o sistema do direito seja eficiente, seja garantidor de que comportamentos contrários à legislação recebam as sanções previstas. O conceito de segurança jurídica não é a necessidade de respostas únicas e iguais para casos semelhantes, mas, sim, a característica de o Judiciário dar tratamento procedimental legítimo, utilizando-se do código decisório lícito/ilícito e da programação voltada à consecução de justiça a cada caso.

Enfim, coloca-se em discussão a pertinência das teorias de orga-

“RECONHECE-SE O DESTAQUE DO PODER JUDICIÁRIO AO ATRAIR AS COMUNICAÇÕES DECISÓRIAS DE CUNHO COLETIVO DA SOCIEDADE, EM ESPECIAL, DAS DECORRENTES DO SISTEMA POLÍTICO, A PROIBIÇÃO DO NON LIQUET, A USURPAÇÃO DE FUNÇÕES ALHEIAS E PELO ‘INCHAÇO’ CORRUPÇÕES DE CÓDIGOS. O GRANDE PROBLEMA IDENTIFICADO NÃO PASSA DO JUDICIÁRIO, MAS, SIM, PELA POSTURA DE USURPAÇÃO FINALÍSTICA DE QUESTÕES SOCIAIS ÍNSITAS A OUTROS SISTEMAS.”

As investigações acadêmicas devem se desenvolver no âmbito da Sociologia do Direito, da Filosofia Política e do Direito Constitucional. A pesquisa concentra esforços em analisar como os sistemas político e jurídico efetivamente funcionam, em especial as relações entre eles, confrontando com as teorias positivadas no texto constitucional, as quais foram idealizadas como respostas teóricas a tais fenômenos sociais. O recorte social e histórico é a sociedade brasileira na atualidade, evitando-se importações acríticas de outros países.

A proposta de enfrentamento da temática principal colocada é sistêmica funcional-estrutural. Distancia-se da análise de influência clássica, utiliza-se do referencial teórico Niklas Luhmann, através de sua teoria dos sistemas, aproveitando-se dos conhecimentos das teorias

representação proporcional. Tal modelo político-partidário carrega em si demasiada complexidade, a qual é geradora de instabilidade político-social e ineficiência governamental. Tudo isso vem demonstrando certo déficit de implementação dos direitos fundamentais.

Já no sistema jurídico, utiliza-se da análise dos fenômenos da judicialização da política e do ativismo judicial. Reconhece-se o destaque do Poder Judiciário ao atrair as comunicações decisórias de cunho coletivo da sociedade, em especial, das decorrentes do sistema político, a proibição do non liquet, a usurpação de funções alheias e pelo ‘inchaço’ corrupções de códigos. O grande problema identificado não passa do Judiciário, mas, sim, pela postura de usurpação finalística de questões sociais ínsitas a outros sistemas. O Judiciário não pode e não deve ser o

nização da estrutura estatal frente à complexidade crescente da sociedade. As hipóteses levantadas são de que existem disfuncionalidades nos sistemas da política e do direito, tais como usurpações funcionais, corrupções de códigos de decisão e da programação. Além disso, defende-se que a teoria da tripartição dos poderes e dos mecanismos de freios e contrapesos adotados na Constituição de 1988 estão ultrapassados, não conseguem mais absorver todas as fontes de poder que emergem da sociedade.

Convido a todos a enfrentarem tais intrigantes temas no livro “Política e Direito: disfuncionalidades sistêmicas”, à venda no site da Editora Lumen Juris.●

[*] Juiz da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Manga

Orçamento organizado é base para saúde financeira

Aplicativos facilitam o controle e planejamento das despesas



Para um profissional liberal, ou empreendedor que não conta com uma renda fixa mensal, fazer o controle das finanças pessoais é fundamental. Mas mesmo para quem atua no setor público, em uma carreira com receita previsível, manter as finanças familiares em ordem pode significar a diferença entre sofrer com dívidas e descontroles ou realizar metas e sonhos de curto, médio e longo prazos.

O primeiro passo é ter uma planilha com todas as receitas e despesas descritas de maneira o mais detalhada possível. O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fabio Gallo orientou que a maneira mais eficiente de economizar é manter o orçamento familiar bem organizado. Quanto mais bem preparado for o seu orçamento, mais facilmente você poderá localizar pontos onde pode fazer economia, além de não gerar multas por atrasos de pagamentos. O controle faz a diferença entre sobrar ou faltar dinheiro no fim do mês.

Gallo recomendou que o orçamento pessoal seja dividido em quatro partes: A, B, C e D.

“A” são alimentos, que não podem deixar de ser consumidos.

“B” diz respeito ao básico, como contas de água, luz, telefone e outros gastos necessários.

“C” refere-se ao que é contornável. São coisas que fazem a vida melhor, mas que podem ser cortadas se

for necessário.

“D” é o desnecessário. É aquilo que pode ser revisto sem muitos problemas. São contas que não sabemos por que estamos pagando. O professor exemplificou: Por que pagar anuidade de três ou quatro cartões de crédito se você usa apenas um?

Pagar impostos e compras à vista também pode gerar boa economia. No caso dos tributos, alguns, como IPVA e IPTU, oferecem redução no valor quando são quitados à vista ou no adiantamento de parcelas. No momento de comprar algo, especialmente bens com preços mais altos, também é preciso avaliar o que é mais vantajoso: parcelar ou pagar à vista. Caso tenha o dinheiro para comprar à vista, faça o cálculo dos juros cobrados pelo vendedor em caso de parcelamento. Se não houver juros, ou se eles forem menores do que é possível receber em um investimento seguro, pode ser interessante parcelar e aplicar o dinheiro. Se os juros cobrados forem muito altos, ou o vendedor der um bom desconto, é melhor pagar à vista. Mas lembre-se: para ajudar a manter o controle financeiro, o pagamento à vista é sempre a melhor opção, pois evita parcelas de dívidas que podem comprometer o orçamento familiar no futuro. ●

APPS E PLANILHA PARA CONTROLE FINANCEIRO

Há uma série de aplicativos e planilhas disponíveis atualmente, que podem ajudar a manter os gastos sob controle. Veja algumas:

Aplicativos:

Guiabolso - www.guiabolso.com.br

MOBILLS - www.mobills.com.br

Jimbo - www.meubolsoemdia.com.br

Planilhas:

B3 [Planilha em excel gratuita feita pela Bolsa de Valores]

Baixe em: bit.ly/planilhab3

Idec [Planilha em excel gratuita feita pelo Instituto de Defesa do Consumidor]

Baixe em: idec.org.br/planilha/download

Programa Check-up recebe adesão e aprovação de juízes

Iniciativa preventiva tem o reconhecimento da Magistratura

A poucos meses de o Conselho Gestor de Saúde discutir a renovação do Check-up da Amagis, esse programa de saúde preventiva vem, a cada dia, conquistando a adesão e aprovação de magistrados de todas as comarcas de Minas Gerais, até mesmo de aposentados que vivem em outros estados.

Exemplo dessa adesão e aprovação é o juiz aposentado Relbert Chinaidre Verly, que, pelo segundo ano consecutivo, vem com sua esposa Debbie Dembergue Verly, da cidade de Nova Friburgo [RJ], onde residem, exclusivamente para realizar a bateria de exames do Check-up da Amagis Saúde. “O programa denota a preocupação da nossa Associação

com os magistrados e seus dependentes, procurando facilitar o acesso à saúde de uma forma que poucos poderiam encontrar”, disse.

O juiz André de Mourão Motta, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais [TJMMG], que também realizou o procedimento pelo segundo ano consecutivo destacou a qualidade dos serviços prestados como a avaliação do quadro clínico do paciente e dos exames realizados. “Esses procedimentos dão grande segurança para verificar como está a nossa saúde”, afirmou.

A juíza Eveline Mendonça Félix, que também fez o check-up pela segunda vez, observou que os exames são completos e destacou a im-

AMAGIS



Juiz André de Mourão Motta, do TJMMG

portância de os magistrados utilizarem o benefício: “É fundamental para termos tranquilidade, tanto para exercermos nosso trabalho quanto para a vida cotidiana”.

Já o juiz Wagner Sana Duarte realizou os exames pela primeira vez. Para ele, o programa demonstra que a Associação está preocupada com a prevenção

da saúde dos associados. Na avaliação dele, todos os magistrados, seja na capital ou no interior, deveriam fazer o check-up da Amagis Saúde. “Vale a pena vir, pois o caráter do check-up é plenamente preventivo. É bom para o associado para buscar uma solução mais rápida, caso haja alguma intercorrência”, disse. ●

AMAGIS SAÚDE: ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

Auditoria – A equipe de auditoria da Amagis Saúde é formada pelas médicas Stephania Socio e Simone Mesquita, pelas enfermeiras Luciene Leandro e Andreia Diniz, e pela assistente social Gesieni Barros. A auditoria é responsável, entre outras incumbências, por analisar solicitações de procedimentos médicos, acompanhar beneficiários internados, elaborar pareceres técnicos para apreciação do Conselho Gestor. Cabe também ao setor negociar valores de serviços e materiais médicos, realizar auditorias médicas, conduzir a desospitalização dos associados, promover ações de promoção de saúde e estreitar o vínculo do usuário com a Amagis Saúde.

GEORGIA BACVAROFF



Andreia, Gesieni, Luciene, Stephania e Simone



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

Diretora Financeira

Juiza Flávia Birchal

Conselho Gestor:

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora da Amagis Saúde

Juiza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo - Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques - Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634

Izabela Machado - Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albata, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Plano terá aplicativo para tablet e smartphone

Sistema facilitará acesso dos usuários a dados

A Amagis Saúde deverá lançar, nos próximos meses, um aplicativo para celulares e tablets, com o objetivo de facilitar e agilizar o acesso aos seus beneficiários a dados, serviços e notícias referentes ao plano de saúde da Magistratura mineira.

Ainda em fase de desenvolvimento, o aplicativo poderá ser utilizado como carteira do usuário do plano, uma vez que o sistema a ser utilizado emite uma identificação digital, por meio de geração de número randômico [tokens], podendo conter dados como foto, carência e registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS].

O número token gerado no aplicativo será utilizado pelo prestador do serviço para identificar o usuário do plano, no momento da autorização do procedimento médico ou laboratorial. Para evitar fraudes, o token terá um tempo de validade.

Entre as funcionalidades previstas, estão a possibilidade de fotografar prescrições e receitas médicas, cata-

TIAGO PARRELA



Atendimento do plano é realizado na sede da Amagis, em BH

logá-las e incluir alarmes para lembrar o usuário sobre horários de medicamentos e outros compromissos médicos. Também será possível consultar a rede credenciada da Amagis Saúde em tempo real e criar uma lista de prestadores de serviço favoritos.

A consulta à rede credenciada poderá ser feita a partir de filtros como estado, cidade, bairro, tipo de estabelecimento e especialidade. Além

dos dados do prestador de serviço, o aplicativo exibirá a localização permitindo traçar a rota do ponto onde está o usuário até a clínica, laboratório ou consultório escolhido.

Os associados também poderão consultar as cobranças de maneira detalhada, incluir e acompanhar o resultado de solicitações de reembolso e visualizar o histórico de utilização do plano de saúde. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Autorização prévia para exames de sangue

Alguns exames laboratoriais de sangue, como os relacionados ao estudo de doenças genéticas, trombofilia [risco de trombose], alguns tipos de câncer e doenças

reumatológicas, entre outras, possuem Diretrizes de Utilização [DUT] da Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS]. Portanto, necessitam de autorização prévia da Amagis Saúde para serem realizados.

- Anticorpo anti peptídeo cíclico citrulinado - IGG [anti-CCP]
- Avidéz de IGG para toxoplasmose
- Citomegalovírus - Qualitativo por PCR
- Fator V Leiden, Análise de Mutação
- Galactose-1-Fosfato Uridiltransferase
- Hepatite B - Teste Quantitativo

- Hepatite C - Genotipagem
- HER-2 - dosagem do receptor
- HLA B27, Fenotipagem
- K-RAS
- N-RAS
- Protrombina, Pesquisa de Mutação
- Vitamina E, pesquisa e/ou dosagem
- Análise molecular de DNA

- ALK - Pesquisa de mutação
- Aquaporina4 [AqP4] - pesquisa e/ou dosagem
- Toxoplasmose - Pesquisa em Líquido Amniótico por PCR
- Vírus Zika - por PCR
- Vírus Zika - IGM
- Vírus Zika - IGG